



TCESP

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ADMINISTRAÇÃO (OPÇÃO: 001)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Leia o trecho a seguir do conto “Missa do Galo” para responder às questões de **01** a **06**:

Nunca pude entender a conversação que tive com uma senhora, há muitos anos, contava eu dezessete, ela trinta. Era noite de Natal. Havendo ajustado com um vizinho irmos à missa do galo, preferi não dormir; combinei que eu iria acordá-lo à meia-noite.

A casa em que eu estava hospedado era a do escrívão Menezes, que fora casado, em primeiras núpcias, com uma de minhas primas. A segunda mulher, Conceição, e a mãe desta acolheram-me bem, quando vim de Mangaratiba para o Rio de Janeiro, meses antes, a estudar preparatórios. Vivia tranquilo, naquela casa assobradada da Rua do Senado, com os meus livros, poucas relações, alguns passeios. A família era pequena, o escrívão, a mulher, a sogra e duas escravas. Costumes velhos. Às dez da noite toda a gente estava nos quartos; às dez e meia a casa dormia. Nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo dizer ao Menezes que ia ao teatro, pedi-lhe que me levasse consigo. Nessas ocasiões, a sogra fazia uma careta, e as escravas riam à socapa*; ele não respondia, vestia-se, saía e só tornava na manhã seguinte. Mais tarde é que eu soube que o teatro era um eufemismo em ação. Menezes trazia amores com uma senhora, separada do marido, e dormia fora de casa uma vez por semana. Conceição padecera, a princípio, com a existência da comborça*; mas, afinal, resignara-se, acostumara-se, e acabou achando que era muito direito.

Boa Conceição! Chamavam-lhe “a santa”, e fazia jus ao título, tão facilmente suportava os esquecimentos do marido. Em verdade, era um temperamento moderado, sem extremos, nem grandes lágrimas, nem grandes risos.

(Machado de Assis. *Contos*)

***A socapa**: disfarçadamente

***Comborça**: amante

01. O narrador relata que, durante sua estada na casa do escrívão Menezes,

- (A) desdenhou deste pelo fato de seu anfitrião trocar a sua companhia pela da amante.
- (B) foi levado ao teatro por este, acompanhando-o às apresentações mais de uma vez.
- (C) manteve uma relação de muita animosidade com a sogra deste, que o constringia.
- (D) nutriu o sentimento de que a morada era sua, pelo casamento deste com sua prima.
- (E) descobriu a verdade sobre as idas deste ao teatro, que eram um meio ardiloso para sair.

02. Considere as passagens do texto:

- Costumes **velhos**. (2º parágrafo)
- Conceição **padecera**, a princípio... (2º parágrafo)
- Boa Conceição! Chamavam-lhe “a santa”, e fazia jus ao **título**... (3º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) antiquados; sofrera; designação.
- (B) gastos; admitira; reputação.
- (C) hodiernos; suportara; crítica.
- (D) indesejados; acatara; nome ofensivo.
- (E) severos; tolerara; denominação honorífica.

03. No último parágrafo do texto, pode-se trocar a vírgula por dois pontos em:

Em verdade, era um temperamento moderado, sem extremos, nem grandes lágrimas, nem grandes risos.
→ Em verdade, era um temperamento moderado: sem extremos, nem grandes lágrimas, nem grandes risos.

Essa possibilidade de pontuação também se aplica ao seguinte trecho do 2º parágrafo:

- (A) Às dez da noite toda a gente estava nos quartos; às dez e meia a casa dormia.
- (B) Conceição padecera, a princípio, com a existência da comborça...
- (C) ... resignara-se, acostumara-se, e acabou achando que era muito direito.
- (D) Nessas ocasiões, a sogra fazia uma careta, e as escravas riam à socapa...
- (E) A família era pequena, o escrívão, a mulher, a sogra e duas escravas.

04. Assinale a alternativa em que a reescrita da frase mantém a correção linguística, considerando-se a norma-padrão de regência.

- (A) Havendo ajustado com um vizinho irmos à missa do galo, preferi não dormir; combinei que eu iria acordá-lo à meia-noite. ↔ Havendo ajustado com um vizinho irmos à missa do galo, preferi ficar acordado do que dormir, pois havia me comprometido a acordá-lo à meia-noite.
- (B) Boa Conceição! Chamavam-lhe “a santa”, e fazia jus ao título, tão facilmente suportava os esquecimentos do marido. ↔ Boa Conceição! Chamavam-na de “a santa”, e fazia jus ao título, tão facilmente se conformava aos esquecimentos do marido.
- (C) A casa em que eu estava hospedado era a do escrivão Menezes, que fora casado, em primeiras núpcias, com uma de minhas primas. ↔ A casa aonde eu estava hospedado era a do escrivão Menezes, de que eu soube ter sido casado, em primeiras núpcias, com uma de minhas primas.
- (D) Nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo dizer ao Menezes que ia ao teatro, pedi-lhe que me levasse consigo. ↔ Nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo dizer ao Menezes que tinha pretensão para comparecer lá, pedi-lhe de que permitisse de eu ir consigo.
- (E) ... vestia-se, saía e só tornava na manhã seguinte. Mais tarde é que eu soube que o teatro era um eufemismo em ação. ↔ ... vestia-se, saía e só retornava no lar na manhã seguinte. Mais tarde é que eu tomei conhecimento que o teatro era um eufemismo em ação.

05. Nas passagens “eu iria acordá-lo à meia-noite” (1º parágrafo), “a estudar preparatórios” (2º parágrafo) e “Conceição padecera, a princípio” (2º parágrafo), os termos destacados estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) tempo, comparação, modo.
- (B) modo, conformidade, tempo.
- (C) modo, comparação, modo.
- (D) tempo, finalidade, causa.
- (E) tempo, finalidade, tempo.

06. As ideias contidas na passagem do 2º parágrafo “Nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo dizer ao Menezes que ia ao teatro, pedi-lhe que me levasse consigo.”, se fossem enunciadas pelo escrivão Menezes, assumiriam a seguinte forma:

- (A) O rapaz nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo dizer que eu ia lá, pediu-me que o levasse consigo.
- (B) O rapaz nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo-o dizer que ia lá, pediu-me que o levasse comigo.
- (C) O rapaz nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo-o dizer ao Menezes que ia lá, pediu-me que o levasse consigo.
- (D) O rapaz nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo-me dizer que eu ia lá, pediu-me que o levasse comigo.
- (E) O rapaz nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo dizer que o Menezes ia lá, pediu-lhe que o levasse consigo.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 07 a 10:

A chance do Brasil na guerra do presidente norte-americano

Guerras nunca são boas. Na melhor das hipóteses, se forem justas, podem ser um mal necessário. A guerra comercial do presidente norte-americano contra o mundo é só um mal desnecessário. Em sua fantasia mercantilista, ele crê que está libertando seu país da economia globalizada, que seus predecessores ajudaram a criar, para transformá-lo numa autarquia que, em sua visão delirante, será reindustrializada, independente de importações e pródiga em exportações. Por alguma razão, ele imagina que reeditar as mesmas barreiras protecionistas que foram empregadas por inúmeros países em inúmeras épocas, com conseqüências sempre ruins, terá desta vez resultados diferentes.

O Brasil conhece essa história. No século passado, políticos e intelectuais imaginaram que a solução para desenvolver uma economia latifundiária e oligárquica dependente de manufaturados internacionais era o Estado erguer barreiras e subsidiar produtores locais. Admitindo-se que essa política tenha estimulado uma certa diversificação das indústrias nascentes, a perpetuação de barreiras comerciais, subsídios, incentivos fiscais e toda a parafernália intervencionista resultou em custos elevados para consumidores e produtores, indústrias pouco competitivas, desconfiança dos investidores internacionais, menos incentivos à inovação e mais incentivos ao clientelismo e à corrupção. Ao contrário do que supunha a “teoria da dependência”, na prática a “substituição das importações” reforçou a dependência de exportações de commodities para financiar a importação de tecnologias.

Glosando essa história, as políticas protecionistas do presidente norte-americano em seu primeiro mandato se provaram custosas, ineficazes e regressivas: não reduziram déficits comerciais, não recuperaram a indústria e oneraram mais os pobres. Sua nova ofensiva protecionista será ruim para todos. A imprevisibilidade e a desaceleração dos mercados tendem a reduzir a demanda para exportadores de commodities, como o Brasil. Mas o País tem também vantagens comparativas.

Mesmo com uma baixa global da demanda, o Brasil pode ampliar exportações de commodities para países envolvidos em conflitos comerciais com os EUA e também atrair investimentos. No primeiro mandato do presidente norte-americano, por exemplo, o País ampliou a venda de carne, grãos e minérios para a China, que, em contrapartida, investiu mais na infraestrutura brasileira.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 03.04.2025. Adaptado)

07. O texto defende a ideia de que

- (A) a política protecionista do presidente norte-americano coloca o Brasil em uma situação muito difícil, pois a tendência é o país repetir as políticas do século passado, que lhe foram custosas.
- (B) o Brasil vai sofrer com a política econômica dos Estados Unidos, uma vez que o mercado de commodities tende a se reduzir globalmente, e não existem parceiros interessados em investir por aqui.
- (C) o maior beneficiado com a política econômica norte-americana será o Brasil, porque a China ampliou a compra de carnes, grãos e minérios brasileiros, e tornou-se a principal parceira do país.
- (D) o presidente norte-americano vem acertadamente delineando um novo modelo de comércio internacional, de forma diferente do que fez em seu primeiro mandato, quando onerou os mais pobres.
- (E) a guerra comercial do presidente norte-americano pode ser uma oportunidade para o Brasil, se o país ampliar o comércio com os países envolvidos nos conflitos comerciais com os Estados Unidos.

08. Assinale alternativa que atende à norma-padrão, considerando-se os aspectos de flexão verbal, concordância nominal e concordância verbal.

- (A) Supõe-se, com a política protecionista, que ocorrerá a redução de déficits comerciais, mas ela poderá ser maléfica.
- (B) O presidente norte-americano interviu na economia mundial, criando nela uma indisposição desnecessário.
- (C) Se o presidente norte-americano manter sua guerra comercial insano, haverá prejuízos em escala global.
- (D) No século passado, imaginaram-se que a economia latifundiária se desenvolveria com subsídios a produtores locais.
- (E) Fora custoso aos mais pobres as políticas protecionistas do presidente norte-americano em seu primeiro mandato.

09. Considere as passagens:

- Na melhor das hipóteses, **se** forem justas, podem ser um mal necessário. (1º parágrafo)
- **Mas** o País tem também vantagens comparativas. (3º parágrafo)
- **Mesmo com** uma baixa global da demanda, o Brasil pode ampliar exportações de commodities... (4º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados expressam sentidos, correta e respectivamente, de:

- (A) finalidade (para); contraste (Portanto); comparação (Assim como).
- (B) tempo (quando); contraste (Porém); causa (Pois).
- (C) condição (desde que); ressalva (Todavia); concessão (Apesar de).
- (D) condição (a menos que); ressalva (Ademais); adição (Inclusive).
- (E) concessão (caso); concessão (No entanto); consequência (Contanto que).

10. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) O presidente dos Estados Unidos acredita que, tendo globalizado-se a economia do seu país, ela agora precisa ser libertada e transformada em uma autarquia que, em sua visão, será independente de importações.
- (B) No primeiro mandato do presidente norte-americano, por exemplo, ampliou-se a venda de carne, grãos e minérios do Brasil para a China, que, em contrapartida, investiu mais na infraestrutura brasileira.
- (C) Ao contrário do que supunha-se com a “teoria da dependência”, na prática a “substituição das importações” reforçou a dependência de exportações de commodities para financiar a importação de tecnologias.
- (D) Se imaginou, no século passado, que a solução para desenvolver uma economia latifundiária e oligárquica dependente de manufaturados internacionais era o Estado erguer barreiras e subsidiar produtores locais.
- (E) Mesmo com uma baixa global da demanda, ampliarão-se as possibilidades de exportações de commodities brasileiras para países envolvidos em conflitos comerciais com os EUA; além disso, o Brasil poderá atrair investimentos.

11. Considere a afirmação:

Se todas as pessoas são sensatas, então a convivência é pacífica e reina a felicidade.

Uma afirmação que seja equivalente lógica em relação à afirmação dada é:

- (A) Se a convivência é pacífica e reina a felicidade, então todas as pessoas são sensatas.
- (B) Se a convivência não é pacífica e não reina a felicidade, então todas as pessoas não são sensatas.
- (C) Todas as pessoas sensatas convivem pacificamente e reinam na felicidade.
- (D) As pessoas não são sensatas e a convivência é pacífica e reina a felicidade.
- (E) Nem todas as pessoas são sensatas ou a convivência é pacífica e reina a felicidade.

12. Aline, Beatriz e Fernanda foram designadas para realizar uma tarefa e dividiram esse serviço em três partes iguais. No primeiro dia, Aline realizou metade da sua parte, Beatriz realizou a quarta parte de seu trabalho, e Fernanda realizou a oitava parte do que lhe cabia.

Após esse primeiro dia, é correto afirmar que a fração da tarefa que ainda faltava ser realizada por elas está compreendida entre

- (A) $6/10$ e $7/10$.
- (B) $5/10$ e $6/10$.
- (C) $7/10$ e $8/10$.
- (D) $4/10$ e $5/10$.
- (E) $8/10$ e $9/10$.

13. Renato foi comprar um produto e soube que, se ele pagasse usando o cartão de débito, ele receberia um desconto de 12% e pagaria a quantia de R\$ 660,00. Querendo pagar menos ainda, Renato ofereceu pagar por meio de um PIX, e o lojista aceitou e disse que, por meio de um PIX, o valor a pagar seria de R\$ 615,00.

Realizada a compra por PIX, o desconto que Renato conseguiu em relação ao preço original foi de

- (A) 18%
- (B) 21%
- (C) 20%
- (D) 15%
- (E) 14%

14. A sequência a seguir foi criada com um padrão lógico:

4, 2, 2, 6, 2, 3, 8, 2, 2, 2, 9, 3, 3, 10, 2, 5, 12, 2, 2, 3, 14,
2, 7, 15, 3, 5, 16, 2, 2, 2, 2, 18, 2, 3, 3, 20, 2, 2, 4, 21, 3,
7, 22, 2, 11, 24, ...

Os números 36 e 44 pertencem a essa sequência. Considere os cinco elementos que aparecem imediatamente após o número 36 e considere também os quatro elementos que aparecem imediatamente após o número 44.

A soma desses nove elementos é um valor a partir do

- (A) 70 até o 79 inclusive.
- (B) 90 até o 99 inclusive.
- (C) 110 até o 119 inclusive.
- (D) 100 até o 109 inclusive.
- (E) 80 até o 89 inclusive.

15. Considere a afirmação:

Se os jovens são a força da sociedade então os de meia idade são a sustentação.

Uma negação lógica para essa afirmação é:

- (A) Se os de meia idade são a sustentação então os jovens são a força da sociedade.
- (B) Os jovens não são a força da sociedade e os de meia idade não são a sustentação.
- (C) Se os de meia idade não são a sustentação então os jovens não são a força da sociedade.
- (D) Se os jovens não são a força da sociedade então os de meia idade são a sustentação.
- (E) Os jovens são a força da sociedade e os de meia idade não são a sustentação.

16. Em uma planilha de controle de produtos criada no MS Excel 365, em sua configuração-padrão, a célula A1 contém o nome de um produto qualquer, e a tabela de dados está no intervalo F2:G6, sendo que a coluna F contém os nomes dos produtos e a coluna G, os preços.

F	G
F (Produto)	G (Preço)
Caneta	R\$ 80,00
Caderno	R\$ 150,00
Lápis	R\$ 10,00
Mochila	R\$ 200,00
Borracha	R\$ 15,00

O usuário deseja incluir, na célula B1, uma fórmula que, a partir da análise do produto contido na célula A1, exiba:

1. "Caro" se o preço do produto for maior que R\$50,00;
2. "Barato" se ele for menor ou igual a R\$50,00;
3. "Ausente" se o produto não estiver cadastrado.

Considerando que as células F1 e G1 possuem somente o cabeçalho da tabela e que todas as alternativas possuem os fechamentos de parênteses e separador de parâmetros corretos, assinale a alternativa que contém a fórmula que atende ao desejo do usuário.

- = SE(ÉERRO(PROCV(A1 ; F2:G6 ; 2 ; 0)) ; "Ausente" ; SE(PROCV(A1 ; F2:G6 ; 2 ; FALSO) > 50 ; "Caro" ; "Barato"))
- (A) = SE(É.NÃO.DISPLAY(PROCV(A1 ; F2:G6 ; 2 ; FALSO)) ; "Ausente" ; SE(PROCV(A1 ; F2:G6 ; 2 ; 0) > 50 ; "Caro" ; "Barato"))
- (B) = SE(PROCV(A1 ; F2:G6 ; 2 ; FALSO) > 50 ; "Caro" ; "Barato")
- (C) = SE(É.NÃO.DISPLAY(PROCV(A1 ; F2:G6 ; 2 ; FALSO)) ; "Barato" ; SE(PROCV(A1 ; F2:G6 ; 2 ; 0) > 50 ; "Caro" ; "Barato"))
- (D) SE(PROCV(A1 ; F2:G6 ; 2 ; VERDADEIRO) > 50 ; "Caro" ; "Barato")

17. Um ataque de negação de serviço (DoS/DDoS) tem como consequência uma falha em qual dos seguintes princípios da segurança da informação?
- (A) Disponibilidade.
 - (B) Integridade.
 - (C) Não Repúdio.
 - (D) Confidencialidade.
 - (E) Autenticidade.

18. Sobre a criação de atalhos no Windows 11, assinale a alternativa que apresenta um fluxo capaz de criar corretamente um atalho para o objeto especificado.
- (A) Atalho para um documento que foi enviado à lixeira: clicar sobre ele com o botão direito do mouse, em seguida, na opção Novo e em Criar Atalho.
 - (B) Atalho para uma impressora: a partir de navegação no Painel de Controle, acessar as propriedades de uma impressora, encontrar o menu Acesso e clicar na opção Criar Atalho.
 - (C) Atalho para um arquivo executável dentro de uma pasta compactada: a partir da navegação dentro desta pasta, clicar com o botão direito do mouse no executável e na opção Criar Atalho.
 - (D) Atalho para uma URL: clicar uma vez com o botão direito do mouse na Área de Trabalho e, em seguida, clicar sobre as opções Novo e Atalho.
 - (E) Atalho para uma pasta na rede: clicar com o botão direito na pasta e, em seguida, na opção Fixar no Acesso Rápido.

19. Acerca dos contextos relacionados à inteligência artificial generativa, assinale a alternativa que apresenta o conceito mais adequado à explicação a seguir:

"É a prática de criar e ajustar instruções, sem a necessidade de retrainar o modelo, de forma estratégica, para orientá-lo a produzir respostas mais precisas e úteis."

- (A) Prompt engineering (engenharia de prompt).
- (B) Fine-tuning (ajuste fino).
- (C) Tokenization (tokenização).
- (D) Explainability (explicabilidade).
- (E) Hallucination (alucinação).

20. Considere a URL a seguir:

<https://www.tce.sp.gov.br/arquivos/teste.html>

Assinale a alternativa que contém o componente que representa o trecho /arquivos/teste.html.

- (A) Nome do domínio.
- (B) Protocolo de transferência de dados.
- (C) Caminho do recurso no servidor.
- (D) Porta de acesso ao servidor.
- (E) Parâmetro de busca *querystring* na URL.

CONTROLE EXTERNO

21. O controle contábil, financeiro e orçamentário no Brasil pode ser classificado em interno e externo. A respeito dessas formas de controle, é correto afirmar que

- (A) o controle externo é exercido pelos tribunais de contas, que são órgãos subordinados ao Poder Legislativo, tanto em âmbito federal e estadual como no âmbito municipal, no caso dos municípios que o possuam.
- (B) o controle externo, em comparação ao controle interno, tem a vantagem da maior agilidade na correção de desconformidades identificadas no processo de fiscalização.
- (C) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao respectivo tribunal de contas, sob pena de responsabilidade solidária.
- (D) o controle interno possui a vantagem do maior grau de autonomia funcional e hierárquica relativamente ao controle externo, em razão da forma da sua composição e das garantias de que gozam os seus membros.
- (E) em razão do princípio da legalidade, o controle, tanto interno quanto externo, deve ater-se aos aspectos formais dos atos dos gestores públicos, não podendo adentrar em aspectos relacionados ao mérito administrativo.

22. Leia o excerto a seguir:

Os tribunais de contas, de modo geral, como órgãos de controle externo, exercem diversas funções que contribuem para a boa gestão das finanças públicas e para a proteção do interesse público. Essas funções, que se complementam e se interrelacionam, visam a garantir a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

(Luis Felipe Vidal Arellano, *Introdução ao Direito Financeiro Brasileiro*, 2025)

A respeito do tema das funções dos tribunais de contas no Brasil, mencionado no trecho apresentado, é correto afirmar que a função

- (A) opinativa é exercida primordialmente por meio dos procedimentos de levantamento, auditoria, inspeção, acompanhamento e monitoramento.
- (B) normativa decorre da capacidade de que gozam os tribunais de contas de declarar a inconstitucionalidade de lei em caráter incidental, conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.
- (C) sancionatória dos tribunais de contas é autônoma em relação às demais esferas de responsabilização e não se sujeita ao controle do Poder Judiciário, em razão da independência funcional de que gozam esses tribunais.
- (D) julgadora é a exercida pelos tribunais de contas no julgamento definitivo das contas de governo do Chefe do Poder Executivo apresentadas na forma da Constituição ao Poder Legislativo.
- (E) corretiva se manifesta na emissão de determinações e recomendações aos órgãos e entidades fiscalizados, na fixação de prazos para a adoção de providências, na sustação de atos irregulares e na adoção de medidas cautelares.

23. Sobre a norma ISSAI 10, integrante das Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores, é correto afirmar que

- (A) não tem aplicação no Brasil o princípio que recomenda independência de dirigentes e membros da entidade de fiscalização superior, incluindo estabilidade no cargo e imunidade legal no exercício normal das suas funções.
- (B) exceto quando especificamente obrigadas a fazê-lo pela legislação, as entidades de fiscalização superior não auditam as políticas de governo ou entidades públicas, mas limitam-se à auditoria da implementação das políticas.
- (C) consiste na descrição de 25 (vinte e cinco) princípios fundamentais, que derivam da Declaração de Lima, como requisitos essenciais para a realização de auditoria adequada do setor público.
- (D) as entidades de fiscalização superior devem assegurar que o seu pessoal desenvolva uma relação próxima com as entidades que auditam, para que possam permanecer e parecer eficazes na sua missão.
- (E) as entidades de fiscalização superior devem ter os recursos humanos, materiais e monetários necessários e razoáveis, sendo que o Poder Executivo deve controlar ou dirigir o acesso a esses recursos.

24. De acordo com a Lei Complementar nº 709/1993 do Estado de São Paulo, é correto afirmar que o Tribunal de Contas emitirá parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos municípios

- (A) dentro dos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao do seu recebimento.
- (B) até o último dia do ano do seu recebimento.
- (C) dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao do seu recebimento.
- (D) até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento.
- (E) até o último dia do primeiro semestre do ano seguinte ao do seu recebimento.

25. O auditor de controle externo do TCESP Ricardo, está realizando uma fiscalização operacional em uma fundação pública estadual, com o objetivo de avaliar a economicidade e a legalidade de convênios celebrados com recursos estaduais. Após solicitação formal de documentos comprobatórios dos pagamentos realizados, a entidade não entregou a documentação requisitada, alegando que os arquivos estavam “em processo de digitalização” e que a equipe estava “com poucos recursos humanos”. Mesmo após nova tentativa de contato por e-mail, com prazo razoável, a documentação não foi entregue. Ricardo registra o episódio no relatório preliminar e encaminha o caso ao relator das contas para as providências cabíveis.

Com base nessa situação hipotética e nas Instruções nº 1/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é correto afirmar que o relator

- (A) pode aguardar a conclusão dos trabalhos internos da fundação e reavaliar a necessidade da documentação na etapa de elaboração do parecer final, para evitar prejudicar a continuidade administrativa da entidade.
- (B) deve assinar prazo para apresentação dos documentos e informações solicitadas, comunicando o fato ao Secretário de Estado ou responsável pela entidade para as providências cabíveis.
- (C) deve emitir parecer técnico de reprovação das contas, dispensando novo contato com o órgão, diante da ausência reiterada de colaboração, com concomitante aplicação de multa aos responsáveis.
- (D) deve determinar que a equipe de auditoria realize fiscalização presencial sigilosa, sem aviso prévio, a fim de obter os documentos diretamente no local, com apoio de força policial, se necessário.
- (E) pode encaminhar recomendação de arquivamento do processo e sugerir que a questão seja analisada em nova fiscalização no exercício seguinte, já com a documentação regularizada.

26. É final de legislatura, e as eleições municipais foram concluídas. Entre novembro e dezembro, no entanto, os jornais começam a noticiar a movimentação dos Poderes Executivo e Legislativo de diversos municípios com o objetivo de fixar a remuneração dos agentes políticos para os próximos quatro anos.

Tem sido relatado que, em alguns casos, o aumento ocorre não apenas por pressão dos eleitos, mas também de determinadas carreiras do funcionalismo público, supostamente interessadas na elevação do teto constitucional de remuneração.

Fabiana, auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Estado, foi convidada pela assessoria de imprensa da corte para prestar alguns esclarecimentos sobre o tema, pois o Tribunal tem recebido, por e-mail, diversos pedidos de manifestação institucional sobre esse movimento.

Com base na situação hipotética, Fabiana poderá informar corretamente, na reunião, que

- (A) o movimento é legítimo, desde que a remuneração do Chefe do Poder Executivo seja fixada por resolução da Câmara Municipal e que o valor não seja superior à remuneração paga aos vereadores.
- (B) a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) da receita do Município e deverá ser o teto da remuneração paga aos servidores vinculados ao Poder Legislativo.
- (C) a remuneração do chefe do Poder Executivo deve ser fixada por lei de iniciativa das Câmaras Municipais, tendo as Câmaras, também, competência exclusiva para fixar o subsídio dos vereadores.
- (D) a suposta pressão dos servidores não faz sentido, pois o teto remuneratório, nos âmbitos estadual e municipal, é o salário do Desembargador do Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- (E) o movimento é precipitado, pois não há impedimento constitucional para que vereadores e prefeitos alterem a própria remuneração no curso da legislatura. É necessário, ainda, advertir que a remuneração do prefeito será o teto do funcionalismo no âmbito municipal.

27. Considere que João foi convidado a ocupar um cargo em comissão no município X, mas foi informado, pelo setor de pessoal, que não poderia tomar posse, pois constava o registro de que teve suas contas rejeitadas, enquanto ordenador de despesas, pelo Tribunal de Contas. Convicto de que não tinha qualquer relação com o caso, após uma breve investigação, constatou tratar-se de um erro do tribunal. Ele apresentou um pedido administrativo para a retificação dos dados, que permaneceu sem resposta, o que o motivou a propor uma ação judicial para resolver o problema.

De acordo com a Constituição Federal, o remédio constitucional adequado para viabilizar a retificação dos dados é

- (A) o habeas data.
- (B) a ação civil pública.
- (C) o habeas corpus.
- (D) o mandado de segurança.
- (E) o mandado de injunção.

28. A Assembleia Legislativa do Estado X instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar supostas irregularidades em contratações realizadas pela Secretaria Estadual de Cultura com entidades do terceiro setor. As denúncias referem-se a possíveis falhas no processo de contratação, que não estaria seguindo, de forma rigorosa, o rito previsto na legislação aplicável. Embora não haja indícios de desvio de conduta por parte de agentes públicos ou produtores culturais, há a percepção de que o descumprimento da legislação seria, por si só, suficiente para ocasionar prejuízos ao Estado.

Com base nos primeiros depoimentos colhidos, observa-se que a Comissão encaminhou ao setor competente do Tribunal de Contas um pedido de informações sobre auditorias relacionadas a essas contratações, além de ter autorizado a realização de diligências de busca e apreensão.

Tendo por base a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que a CPI

- (A) para ser constituída, deve ter sido autorizada por proposta de, pelo menos, um quarto dos membros da Assembleia Legislativa.
- (B) não pode investigar a regularidade de contratações públicas, por se tratar de competência reservada constitucionalmente aos Tribunal de Contas e aos Ministérios Públicos.
- (C) não pode solicitar documentos ao Tribunal de Contas, por se tratar de órgão estruturalmente autônomo e que deve guardar o sigilo de documentos que contenham dados sensíveis.
- (D) pode autorizar a realização de atos de busca e apreensão, desde que não realizados em ambientes protegidos pelas regras de inviolabilidade de domicílio.
- (E) pode funcionar por prazo indeterminado, desde que tenha uma finalidade específica e atenda ao interesse público.

29. De acordo com a Constituição Federal, a competência para processar e julgar, originariamente, os membros dos Tribunais de Contas do Estado em ações cíveis será

- (A) do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) do Supremo Tribunal Federal.
- (C) do Tribunal de Justiça do Estado a que esteja vinculado.
- (D) da Justiça Federal, ainda que a ação não tenha como parte entidade federal.
- (E) da Justiça Estadual de primeiro grau, nas matérias não sujeitas à Justiça Federal, à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

30. Com base na Constituição Federal, está compreendido no âmbito das atribuições do Presidente da República:

- (A) organizar o funcionamento da administração federal, por decreto, desde que isso não implique aumento ou redução de despesas.
- (B) prover e extinguir cargos públicos federais, na forma da lei.
- (C) extinguir, por decreto, cargos vagos ou preenchidos.
- (D) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) autorizar referendo e convocar plebiscito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Tendo em vista a disciplina constante da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre as funções de confiança e cargos em comissão.

- (A) Ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.
- (B) As funções de confiança, de livre nomeação e exoneração, vedadas aos servidores de carreira estáveis, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (C) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria em regime próprio com a remuneração de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (D) Os cargos em comissão deverão ser exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (E) Para o cumprimento dos limites de despesa com pessoal ativo e inativo estabelecidos em lei complementar, é obrigatória a redução em pelo menos quinze por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

32. Por meio de uma emenda à Constituição Estadual, foi fixado, como limite único à remuneração dos servidores públicos estatutários do poder executivo e legislativo do Estado X, bem como dos municípios neste situados, inclusive para os subsídios dos deputados estaduais e dos vereadores, o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, equivalente a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, razão pela qual a emenda constitucional é inconstitucional.
- (B) A remuneração dos servidores públicos é assunto de competência privativa do poder executivo, havendo, dessa forma, inconstitucionalidade da emenda constitucional em razão do vício de iniciativa.
- (C) Os subsídios dos deputados estaduais e dos vereadores, bem como os dos servidores públicos municipais, não poderiam ter sido incluídos no limite único estadual por meio de emenda à Constituição Estadual.
- (D) A emenda constitucional estadual não poderia ter criado um limite único no âmbito estadual, nem mesmo para os servidores do poder executivo estadual, tendo em vista a existência de expressa vedação constitucional.
- (E) O subsídio dos deputados estaduais não poderia ter sido fixado em valores inferiores aos dos deputados federais e senadores, que, por sua vez, correspondem ao valor da totalidade dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual a emenda constitucional é inconstitucional.

33. A Câmara Municipal do Município Z aprovou lei de iniciativa do poder executivo que: 1) autoriza a criação de uma empresa pública, de capital social majoritariamente público, cuja atividade única, em regime não concorrencial, seria o exercício do poder de polícia no exercício da fiscalização do cumprimento de leis ambientais; 2) atribui às guardas municipais o exercício de poder de polícia de trânsito.

Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito.
- (B) Apenas é inconstitucional a previsão do exercício do poder de polícia por empresa pública.
- (C) A lei é inconstitucional em razão do vício de iniciativa, tendo em vista que tais matérias são de iniciativa legislativa exclusiva do poder legislativo.
- (D) Ambas as previsões são juridicamente possíveis, não havendo, dessa forma, qualquer inconstitucionalidade material.
- (E) Empresas públicas não podem exercer poder de polícia, e o município não possui competência para legislar sobre trânsito.

- 34.** Tendo em vista a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:
- (A) na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus à indenização sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.
 - (B) o Estado responde de forma objetiva por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, mesmo quando não demonstrado o nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
 - (C) o Estado responde solidariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
 - (D) o Estado não responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, tendo em vista que a atividade notarial é exercida em caráter privado, mediante delegação do poder público.
 - (E) a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é subjetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço.
- 35.** Acerca da sindicância, tendo em vista o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.261/1968), assinale a alternativa correta.
- (A) A sindicância é uma etapa preliminar obrigatória anterior à instauração do processo administrativo disciplinar para apuração de faltas disciplinares cuja penalidade prevista seja suspensão ou demissão.
 - (B) A sindicância deverá estar concluída no prazo de 60 (sessenta) dias.
 - (C) Na sindicância, a autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas.
 - (D) Com o relatório, a sindicância será enviada à autoridade competente para a ratificação e, posteriormente, se ratificada, enviada à autoridade competente para decisão.
 - (E) Apenas o chefe de gabinete pode determinar a abertura de sindicância, caso a infração apurada seja punida com pena de demissão.
- 36.** José, advogado público da Prefeitura do município X, elaborou parecer jurídico que tratava de uma contratação direta, sem licitação. O parecer informava que a contratação direta pretendida era juridicamente viável, tendo respaldo em jurisprudência não pacificada. João, prefeito do Município X, baseado no parecer jurídico, realizou a contratação sem licitação. Posteriormente à contratação, a jurisprudência se firmou no sentido do não cabimento da contratação sem licitação em caso idêntico ao contratado pelo município X. Então, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra José e João.
- Acerca do caso hipotético, tendo em vista o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, bem como no decidido pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) Houve ato configurador de improbidade administrativa de ambos os réus, tendo em vista que, se não havia jurisprudência pacificada, não era lícito realizar a contratação sem licitação.
 - (B) Apenas o prefeito praticou ato de improbidade, tendo em vista que, sabendo da jurisprudência não consolidada, ao realizar a contratação direta, praticou um ato manifestamente imprudente, incidindo na improbidade administrativa por culpa grave.
 - (C) Apenas o advogado público praticou ato de improbidade, tendo em vista que, ao se deparar com uma jurisprudência não consolidada, deveria ter expressamente recomendado a contratação mediante prévia licitação, incidindo na improbidade administrativa por culpa grave.
 - (D) O prefeito, por ter praticado ato de improbidade administrativa culposa, poderá celebrar acordo de não persecução civil, desde que concorde em renunciar ao cargo público eletivo.
 - (E) A advocacia pública do Município X poderá, nos termos autorizados por lei específica, defender o prefeito na ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado.
- 37.** Tendo em vista o disposto na Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021), é correto afirmar que o agente de contratação
- (A) será auxiliado por equipe de apoio e responderá subsidiariamente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.
 - (B) tem a função de acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório, adjudicar o objeto e homologar a licitação.
 - (C) tem, como uma de suas funções, a de negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, após a definição do resultado do julgamento.
 - (D) em licitação que envolva bens ou serviços especiais poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 5 (cinco) membros.
 - (E) deve ser um servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, sendo admitida, mediante justificativa da autoridade competente, a designação de agente público ocupante exclusivamente de cargo de confiança.

38. A extinção da concessão de serviço público, motivada pelo fato de o serviço estar sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, os critérios, os indicadores e os parâmetros definidores da qualidade do serviço, é denominada de
- (A) rescisão.
 - (B) anulação.
 - (C) encampação.
 - (D) caducidade.
 - (E) rescisão.
39. Tendo em vista o disposto na lei que disciplina o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual (Lei Estadual nº 10.177/1998), bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o atual prazo decadencial para o exercício do poder de autotutela pela Administração Pública estadual é de
- (A) 10 (dez) anos.
 - (B) 15 (quinze) anos.
 - (C) 3 (três) anos.
 - (D) 1 (um) ano.
 - (E) 5 (cinco) anos.
40. Acerca das organizações sociais, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) A seleção de pessoal pelas organizações sociais deverá ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios que regem a Administração Pública, nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade.
 - (B) O procedimento de qualificação das associações como organizações sociais deverá ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios que regem a atuação da Administração Pública, mediante licitação na modalidade chamamento.
 - (C) A celebração do contrato de gestão deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios que regem a Administração Pública, precedida de licitação.
 - (D) Para contratações e outorga de permissão de uso de bem público para as organizações sociais, é dispensada a licitação, desde que realizado prévio chamamento público.
 - (E) Os contratos celebrados pela organização social com terceiros, com recursos públicos, devem ser conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, nos termos do regulamento a ser editado pelo poder público.
41. O Município X desapropriará um imóvel urbano para a construção de um equipamento público que será destinado à instalação de serviço público de competência municipal.
- Tendo em vista o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:
- (A) deverá ser realizada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente do pagamento da indenização no exercício em que deva entrar em vigor e nos três subseqüentes.
 - (B) a despesa com o pagamento da indenização estará adequada com a lei orçamentária anual se estiver abrangida por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
 - (C) o ordenador da despesa deverá atestar que a despesa com o pagamento da indenização tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária do ano previsto para a conclusão da obra, compatibilidade com o plano plurianual, bem como com a lei de diretrizes orçamentárias.
 - (D) a despesa com o pagamento da indenização deve ser autorizada por lei específica, pois se trata de modalidade de destinação de recursos públicos para o setor privado.
 - (E) a indenização da desapropriação não integra a dívida consolidada, tendo em vista que deverá ser paga por precatório que somente será pago no exercício financeiro seguinte àquele em que foi expedido.

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS E ATIVOS

42. Considerando as diferentes etapas de um projeto, a seguinte ocorre de forma contínua:
- (A) necessidade e definição.
 - (B) planejamento e definição do escopo.
 - (C) planejamento e correção.
 - (D) monitoramento e controle.
 - (E) definição e criação.

43. O custo médio ponderado de capital é uma métrica financeira que representa a taxa de retorno mínima exigida pelos investidores para financiar uma empresa.

Essa medida incorpora

- (A) o coeficiente de risco.
- (B) o valor de mercado do capital de terceiros.
- (C) o custo do capital próprio e de terceiros.
- (D) a taxa interna de retorno da empresa.
- (E) a taxa de retorno do ativo livre de risco.

44. Entre os diferentes métodos de avaliação de projetos, há o VPL (valor presente líquido), que é um dos que consideram o valor do dinheiro no tempo.

Quando o VPL é positivo, significa que

- (A) a taxa de desconto é maior do que 1 (um).
- (B) os acionistas estão recebendo o mesmo valor do ano anterior, corrigido pela inflação.
- (C) a entrada de capital é maior do que a saída.
- (D) o custo do capital está sendo remunerado.
- (E) o custo do capital é mais sensível no longo prazo.

45. Um empréstimo de R\$ 2.000,00 será pago em quatro prestações mensais, com juros de 20% ao mês, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC). A primeira parcela será paga trinta dias após o empréstimo.

Qual será o valor da última prestação, em reais?

- (A) 500,00
- (B) 400,00
- (C) 450,00
- (D) 350,00
- (E) 600,00

46. Considere um bem no valor de R\$ 15.000,00, com vida útil de cinco anos e valor residual de R\$ 5.000,00 no acumulado do terceiro ano.

Qual é o valor da depreciação linear, em reais?

- (A) 6.000,00
- (B) 3.000,00
- (C) 2.000,00
- (D) 4.000,00
- (E) 5.000,00

47. Uma empresa tem títulos mensais a receber, um a cada mês, no valor unitário de R\$ 5.000,00, com o primeiro vencendo em 30 dias, e o último em 630 dias. Ela negociará todos esses títulos em um banco, mediante desconto comercial (desconto simples), com taxa mensal de desconto de 4%.

O valor líquido que ela receberá na negociação será de

- (A) R\$ 58.200,00.
- (B) R\$ 58.800,00.
- (C) R\$ 57.400,00.
- (D) R\$ 57.600,00.
- (E) R\$ 59.200,00.

48. Um banco libera um crédito para uma empresa no valor de R\$ 850.000,00, à taxa de 4% a.s., para ser reembolsado em 5 parcelas semestrais, com dois semestres de carência, a primeira parcela vencível ao final do terceiro semestre.

Não há carência para os juros que serão pagos semestralmente, nessas condições o valor da penúltima prestação, pelo sistema de amortização constante, foi de

- (A) R\$ 176.200,00.
- (B) R\$ 182.400,00.
- (C) R\$ 191.400,00.
- (D) R\$ 197.600,00.
- (E) R\$ 183.600,00.

49. Um equipamento é vendido por R\$ 5.732,89 em dois pagamentos iguais, sem acréscimos, o primeiro no ato da compra e o segundo um mês após a compra. Para pagamento à vista, há um desconto de 3,5% sobre o preço de R\$ R\$ 5.732,89.

A taxa mensal de juros é, aproximadamente, igual a

- (A) 8,0%
- (B) 6,0%
- (C) 7,5%
- (D) 6,5%
- (E) 7,0%

50. Em uma loja, um certo produto tem preço de custo de R\$ 1.634,22 a unidade. Qual deve ser o preço anunciado desse produto se, com um desconto de 10% sobre o preço anunciado, deseja-se obter um lucro de 60% sobre o preço de custo unitário?

- (A) R\$ 2.882,78
- (B) R\$ 2.916,56
- (C) R\$ 2.924,76
- (D) R\$ 2.905,28
- (E) R\$ 2.898,32

51. Em relação às informações contidas nas demonstrações contábeis e nos relatórios fiscais, é correto afirmar que
- (A) ambas as estruturas estão voltadas para ativos, passivos, receitas e despesas governamentais e informações abrangentes sobre fluxos de caixa.
 - (B) ambas as estruturas têm os mesmos objetivos, que é o fornecimento de informações úteis sobre a entidade que reporta informação, voltadas para prestação de contas e responsabilização.
 - (C) as estruturas têm objetivos diferentes, apesar de estarem voltadas para o mesmo usuário e possuírem o mesmo referencial legal-normativo.
 - (D) ambas as estruturas têm os mesmos objetivos, que é analisar opções de política fiscal e avaliar seus impactos, inclusive sobre a economia, bem como comparar os resultados nacionais e internacionais.
 - (E) ambas as estruturas estão voltadas para ativos, passivos, receitas e despesas governamentais e informações sobre resultados abrangentes relativos ao regime geral e ao regime próprio de previdência social.
52. Do ponto de vista orçamentário, é correto afirmar que o código 2.1.1.0.00.0.0 refere-se a
- (A) Receita corrente com contribuições de melhoria.
 - (B) Receita de capital com operação de crédito externa.
 - (C) Receita corrente com impostos.
 - (D) Receita de capital com operação de crédito interna.
 - (E) Passivo circulante de fornecedores.
53. Sobre o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de instrumentos financeiros no setor público, é correto afirmar que
- (A) a redução ao valor recuperável só é admitida para os ativos financeiros mensurados ao valor justo, com reconhecimento do ajuste de perdas em conta redutora de ativo e, para os mensurados ao custo, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, com reconhecimento do ajuste de perdas realizado diretamente no patrimônio líquido.
 - (B) a escolha pelo modelo de valor justo por meio do resultado é recomendada quando a entidade puder eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil que poderia surgir da mensuração de ativos ou passivos financeiros ou no reconhecimento de ganhos e perdas desses ativos e passivos em bases diferentes.
 - (C) se deve reconhecer um ativo ou passivo financeiro em seu balanço patrimonial mesmo sem se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, já que no setor público são reconhecidos atos e fatos administrativos.
 - (D) os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são aqueles adquiridos com a intenção principal de permanecerem na carteira do ente até o vencimento, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais especificados no contrato.
 - (E) passivos financeiros só podem ser mensurados inicialmente pelo valor justo para resultado do exercício, uma vez que pela sua natureza, estes envolvem pagamento de principal mais juros (SPPJ).

54. Um ente público adquiriu um título de renda fixa pelo valor de R\$ 500.000,00 em 02 de janeiro de 2023 com vencimento em 2 anos. No momento da aquisição, o ente decidiu permanecer com esse título até o seu vencimento, em 02.01.2025, e o classificou como tal. Sabe-se que os juros relativos ao ano 1 totalizaram R\$ 2.153,00 e, ao ano 2, R\$ 2.625,00.

Adicionalmente, em 31.12.2023, o valor de mercado do título era de R\$ 501.000,00 e, em 31.12.2024, o valor totalizou R\$ 508.000,00.

Considerando essas informações, é correto afirmar que em 31.12.2023, a entidade fez registro devedor de

- (A) R\$ 1.000,00 na conta investimentos e aplicações temporárias em contrapartida de ganho com valorização de títulos na demonstração das variações patrimoniais.
- (B) R\$ 1.000,00 na conta investimentos e aplicações temporárias em contrapartida de um ajuste de avaliação patrimonial.
- (C) R\$ 2.153,00 na conta investimentos e aplicações temporárias em contrapartida de uma variação patrimonial aumentativa referente à remuneração de aplicações financeiras.
- (D) R\$ 2.153,00 na conta investimentos e aplicações temporárias em contrapartida de um ajuste de avaliação patrimonial.
- (E) R\$ 2.153,00 na conta investimentos e aplicações temporárias em contrapartida de ganho com valorização de títulos na demonstração das variações patrimoniais.

55. No setor público, caso exista uma dívida relacionada a um empreendimento conjunto (*joint venture*), a parcela da obrigação que se espera ser cumprida pelas demais participantes é tratada como

- (A) provisão e deve apenas ser evidenciada em notas explicativas.
- (B) provisão e deve ser registrada no passivo em contrapartida de uma variação patrimonial diminutiva.
- (C) ativo contingente e deve ser registrada em contrapartida de uma variação patrimonial aumentativa.
- (D) passivo contingente e deve ser registrada no passivo em contrapartida de uma variação patrimonial diminutiva.
- (E) passivo contingente e deve ser evidenciada em notas explicativas.

56. Sobre os trabalhos de asseguaração limitada e de asseguaração razoável, é correto afirmar que
- (A) no trabalho de asseguaração razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente alto nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão.
 - (B) no trabalho de asseguaração limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é menor do que para um trabalho de asseguaração razoável.
 - (C) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados no trabalho de asseguaração limitada são extensos se comparados com os que são necessários quando se trata de trabalho de asseguaração razoável.
 - (D) todos os trabalhos realizados por auditores independentes são trabalhos de asseguaração limitada, uma vez que se trabalha com amostragem.
 - (E) em toda a gama de trabalhos de asseguaração limitada, o sentido de segurança significativa pode variar de um nível que é logo acima de asseguaração que seja capaz de aumentar a confiança dos usuários previstos sobre a informação do objeto, em nível que seja claramente maior do que irrelevante, até um nível que é logo abaixo da segurança razoável.
57. No setor público, o valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, denomina-se
- (A) regime próprio de previdência social.
 - (B) provisão matemática previdenciária.
 - (C) custo unitário projetado.
 - (D) ganho atuarial.
 - (E) perda atuarial.
58. São estoques no setor público:
- (A) terrenos e propriedades mantidos para a venda.
 - (B) ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e o produto agrícola no ponto da colheita.
 - (C) estoques mantidos por produtores de produtos agrícolas e florestais, produtos agrícolas após o ponto da colheita, minerais e produtos minerais, na medida em que eles sejam mensurados pelo valor realizável líquido.
 - (D) instrumentos financeiros.
 - (E) produções em andamento provenientes de contratos de construção, incluindo contratos de serviços diretamente relacionados.
59. Aumentar as taxas de juros, visando combater a inflação, é uma política econômica
- (A) heterodoxa.
 - (B) indutiva.
 - (C) estabilizadora.
 - (D) alocativa.
 - (E) distributiva.
60. Bens públicos, no conceito econômico, normalmente são fornecidos pelo governo, porque
- (A) a iniciativa privada terá lucros excessivos se os produzirem.
 - (B) isso é definido em lei.
 - (C) se acredita que esses bens trazem benefícios não só para quem os consome, mas também para a sociedade em geral.
 - (D) são bens não rivais e não excludentes.
 - (E) a produção desses bens exige investimento muito alto.
61. O Fundo de Participação dos Municípios tem a seguinte característica:
- (A) os repasses são realizados anualmente pelo Tesouro Nacional.
 - (B) a distribuição dos recursos considera, principalmente, a população e o nível de renda.
 - (C) é composto por parte da arrecadação de dois impostos: ICMS e IPTU.
 - (D) não tem um percentual específico fixado pela legislação.
 - (E) não há uma fórmula específica de cálculo.
62. Assinale a alternativa correta com relação à principal característica do orçamento-programa.
- (A) O objetivo é enfatizar o resultado dos gastos públicos.
 - (B) A reavaliação total dos recursos como se nunca tivessem ocorridos gastos similares.
 - (C) Verificar as prioridades da população por meio de audiências públicas.
 - (D) Forte interação entre o orçamento e o planejamento.
 - (E) O principal objetivo da peça orçamentária consiste em fixar despesas e prever receitas.

63. Sobre o Plano Plurianual, é correto dizer:
- (A) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o PPA e apreciados pelo Poder Judiciário.
 - (B) tem vigência de um ano.
 - (C) inicia-se no primeiro ano de mandato do chefe do poder executivo.
 - (D) foi definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (E) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.
64. Entre os anexos obrigatórios da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), um deles serve para detectar situações que possam desequilibrar as contas públicas, juntamente com estratégias de mitigação. Trata-se
- (A) do Anexo de Metas Fiscais.
 - (B) das diretrizes para a política de pessoal.
 - (C) do Anexo de Prioridades e Metas.
 - (D) dos critérios para elaboração da LOA.
 - (E) do Anexo de Riscos Fiscais.
65. Assinale a alternativa correta com relação à destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (A) Deve atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) O disposto aplica-se a toda a administração indireta, inclusive às instituições financeiras e ao Banco Central do Brasil.
 - (C) Recursos destinados a cobrir necessidades ou déficits não podem fazer parte de créditos adicionais.
 - (D) Na concessão de crédito por ente da Federação à pessoa física, os encargos financeiros serão inferiores ao custo de captação.
 - (E) O disposto proíbe o Banco Central do Brasil de conceder, às instituições financeiras, operações de redesconto.
66. Excepcionalmente, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, poderá ser concedido suprimento de fundos (adiantamento) ao servidor, sempre precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, no seguinte caso, entre outros:
- (A) a servidor declarado em alcance.
 - (B) com quaisquer serviços.
 - (C) quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso.
 - (D) para atender despesas eventuais, exceto em viagens.
 - (E) para atender despesas de grande vulto.

67. Entre os modelos ou paradigmas da Administração Pública, encontra-se a governança pública. A governança tem suas origens atreladas
- (A) à categorização como base do processo decisório.
 - (B) ao conflito entre agente e principal.
 - (C) à priorização da busca pela excelência.
 - (D) à distribuição equânime de sinecuras ou prebendas.
 - (E) ao pleno alcance da meritocracia.

68. Leia o excerto a seguir:

*Quanto sua cidade gasta com você?
Veja o valor em seu município*

Todos os municípios brasileiros devem, pela Constituição Federal, aplicar uma parcela mínima de seus recursos em serviços básicos de saúde e educação.

Há, no entanto, uma enorme desigualdade em quanto se gasta e como.

A Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas (FNP) fez um levantamento com dados oficiais de diversas fontes, a pedido da BBC News Brasil, que mostra as despesas de cada município brasileiro por habitante nas áreas de saúde e educação [...]

(Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy47y2zpe8eo>)

As despesas de cada município brasileiro por habitante com saúde e educação são exemplos de indicadores de

- (A) produto.
 - (B) impacto.
 - (C) resultado.
 - (D) insumo.
 - (E) processo.
69. Uma fundação pública, buscando ampliar suas autonomias gerencial, orçamentária e financeira, firmou contrato de desempenho com um órgão da administração direta, documento no qual é possível encontrar também o prazo de duração do contrato; o controle e os critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; e a remuneração do pessoal. Considerando-se isso e outros requisitos legais atendidos, está-se diante de uma entidade qualificada como
- (A) agência reguladora.
 - (B) organização da sociedade civil de interesse público (Oscip).
 - (C) organização social (OS).
 - (D) agência executiva.
 - (E) consórcio público.

70. Frente a diversas atividades a serem realizadas, determinado órgão público optou por fazer uso da Matriz GUT para estabelecer prioridades de ação. Otem, durante o uso dessa ferramenta, um dos problemas (em relação aos demais problemas) recebeu a seguinte classificação: sem gravidade, ausência de pressa e que desaparece ou não piora ao longo do tempo. Assim, tradicionalmente, o produto da avaliação desse problema diz respeito a

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 0.
- (D) 125.
- (E) 27.

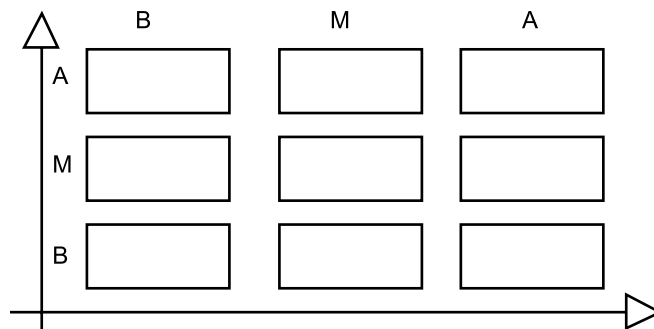
71. Na análise dos agentes políticos, uma vez que determinado plano plurianual (PPA) dispõe de programas bem planejados e elaborados, a sua má implementação tem sido causada por falhas da burocracia de nível de rua. Na literatura de políticas públicas, esse processo de responsabilização é denominado

- (A) *blame shifting*.
- (B) *muddle through*.
- (C) *second best*.
- (D) *in itinere*.
- (E) *bottom-up*.

72. Parte da literatura defende que uma das limitações referentes ao governo eletrônico – o que pode afetar o controle social, a cidadania e a *accountability*, além de trazer à tona os conceitos de governo digital ou transformação digital – diz respeito à presença

- (A) da utilização massiva das atuais tecnologias disruptivas.
- (B) do cidadão como proprietário e cocriador de serviços públicos.
- (C) do foco em serviços on-line e no alcance da eficiência operacional.
- (D) do acesso *on-demand* a diversos recursos, sejam eles redes, armazenamento, aplicações ou serviços.
- (E) de dados públicos gratuitos para reutilização por todos os interessados.

73. Entre as ferramentas de gestão de pessoas por competências, um órgão público utiliza-se da matriz Nine Box. Nesse contexto, observe o gráfico a seguir:



A partir da análise da matriz apresentada e de seus conhecimentos sobre a ferramenta Nine Box, é correto afirmar que o servidor público mais bem preparado para assumir uma nova posição ou um cargo mais estratégico em um órgão ou entidade pública, por possuir tanto o maior potencial como o melhor desempenho possíveis, encontrar-se-á classificado no quadrante

- (A) B x B.
- (B) B x A.
- (C) A x B.
- (D) M x M.
- (E) A x A.

74. Em organizações públicas ou privadas, planos são a materialização do planejamento. Uma das características dos planos táticos diz respeito

- (A) à generalidade do plano.
- (B) ao foco em tarefas rotineiras.
- (C) à forte orientação externa.
- (D) ao foco em departamentos da organização.
- (E) à presença massiva de objetivos gerais.

75. Para a licitação das obras de reforma de um edifício da Administração Pública foi preparado um edital no qual constou o orçamento detalhado do custo da obra no valor de R\$ 2.600.000,00. Após 5 meses do início da obra, foi necessário fazer um termo aditivo no valor de R\$ 580.000,00, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em função da necessidade de se acrescentar vários itens de serviços que não foram previstos no orçamento inicial. Transcorridos mais 4 meses foi necessário fazer outro termo aditivo no valor de R\$ 430.000,00. Passados mais 4 meses foi necessário fazer mais um termo aditivo.

Para atender ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor máximo permitido para esse terceiro termo aditivo é de

- (A) R\$ 145.000,00.
- (B) R\$ 290.000,00.
- (C) R\$ 112.000,00.
- (D) R\$ 324.000,00.
- (E) R\$ 490.000,00.

76. Conforme Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nas licitações de obras e serviços de engenharia, o edital obrigatoriamente deverá contemplar a matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, quando for prevista, para a obra a ser licitada, a contratação

- (A) integrada ou semi-integrada.
- (B) por empreitada integral.
- (C) por empreitada por preço global.
- (D) para fornecimento e prestação de serviço associado.
- (E) por empreitada por preço unitário.

77. Segundo Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, é denominado:

- (A) anteprojeto.
- (B) projeto conceitual.
- (C) projeto básico.
- (D) termo de referência.
- (E) projeto executivo.

78. No gerenciamento dos resíduos de uma construção foi necessário proceder à separação dos resíduos sólidos recicláveis da classe B, para a destinação indicada na Resolução Conama nº 307/2002 e atualizações.

São exemplos de resíduos sólidos da classe B:

- (A) tintas, solventes e óleos.
- (B) tijolos, blocos cerâmicos e concreto.
- (C) telhas, placas de revestimento e argamassa.
- (D) telhas de cimento amianto, blocos de concreto e tintas.
- (E) metais, vidros e madeiras.

79. Com relação à gestão dos resíduos da construção civil, a Resolução Conama nº 307/2002 e atualizações estabelecem que o objetivo prioritário dos geradores de resíduos é

- (A) a disposição final ambientalmente adequada.
- (B) a redução.
- (C) a não geração.
- (D) o tratamento.
- (E) a reciclagem.

80. No processo licitatório da construção de uma edificação da Administração Pública, o valor da proposta do licitante vencedor foi de R\$ 1.600.000,00. Considerando que a taxa de BDI da proposta é de 25%, então, segundo consta no Manual de Obras e Serviços de Engenharia do TCESP – Aspectos Técnicos 2024, o custo direto previsto para essa obra é:

- (A) R\$ 1.185.000,00.
- (B) R\$ 1.320.000,00.
- (C) R\$ 1.140.000,00.
- (D) R\$ 1.280.000,00.
- (E) R\$ 1.350.000,00.

